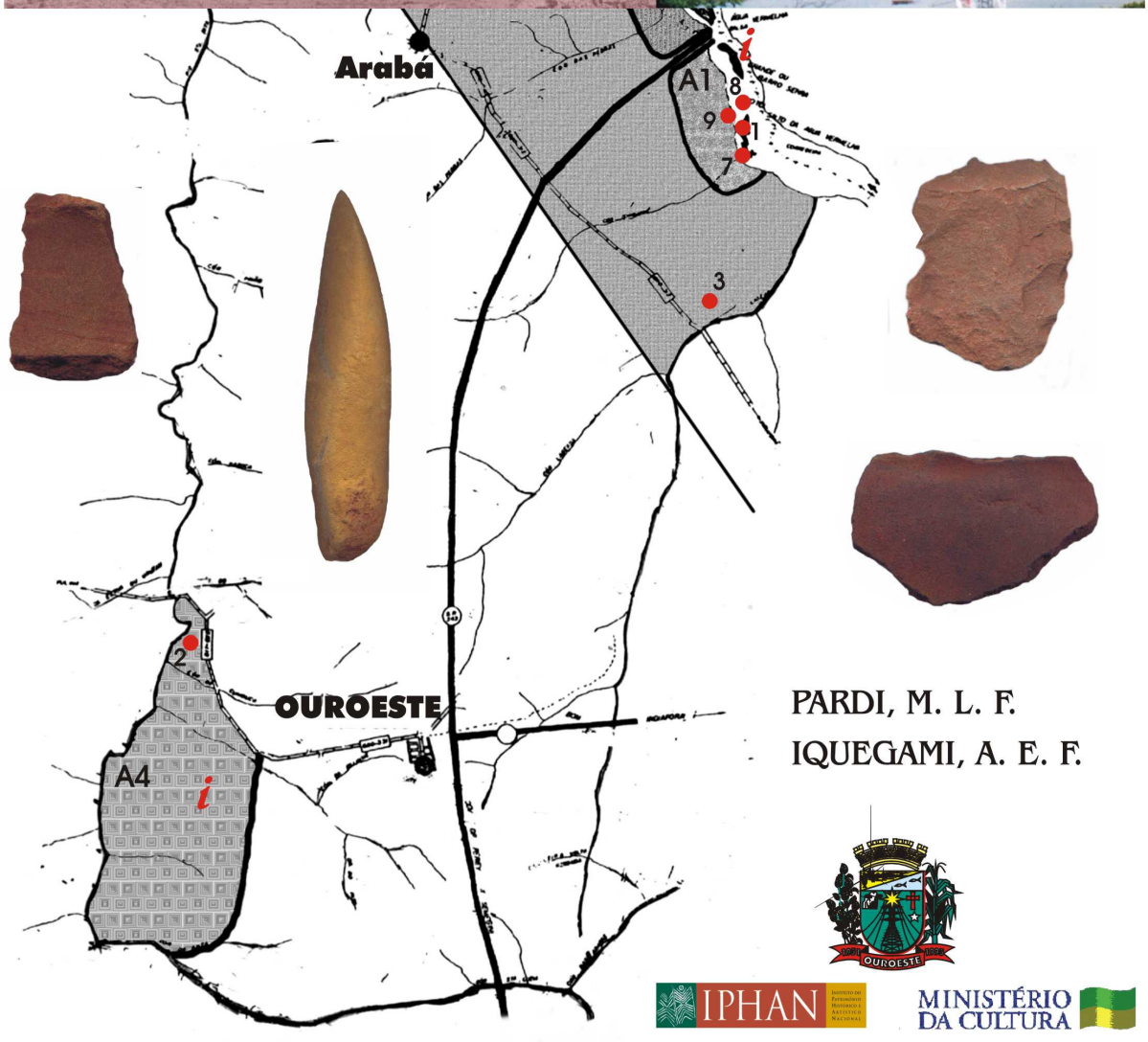
9 SR/IPHAN/SP - SEC./ Prefeitura de Ouroeste

"Preservação do Patrimônio e Levantamento Arqueológico da Região de Ouroeste/SP"





PARDI, M. L. F.
IQUEGAMI, A. E. F.

IPHAN

MINISTÉRIO DA CULTURA

PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO E LEVANTAMENTO ARQUEOLÓGICO DA REGIÃO DE OUROESTE / SP[1]

Maria Lúcia F. Pardi[2]
Ana Emília F. Iquegami[3]

A partir de uma notícia transmitida pela Rádio Nacional, a 9ª Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN no Estado de São Paulo deu atendimento a uma descoberta fortuita. Esse tipo de ocorrência se constitui como uma figura de lei (3924/61) a qual incumbe o cidadão de comunicar imediatamente às autoridades competentes caso encontre evidências que detenham valor arqueológico, para a devida proteção destes contextos raros e frágeis. Desta forma procedemos à vistoria da área da Usina Hidrelétrica Jose Ermírio de Morais, mais conhecida como UHE Água Vermelha, no município de Ouroeste.



Foto: Comandante Eugênio - Polícia Florestal

Aproximadamente 600 m à jusante dos vertedouros caiu uma árvore levantando sedimento com suas raízes, e entre estas, pescadores encontraram ossos humanos, percebendo que estavam sendo expostos pela ação das águas em uma ampla área. Havia ossos em grande quantidade, aparentemente em enterramentos coletivos, individuais e em covas. Os ossos estavam mineralizadas e recobertos com uma concreção. Essas concreções minerais demandam longo tempo ou condições especiais de deposição para se formar, denotando a antigüidade ou raridade do contexto encontrado.

Parte desses ossos humanos já havia sido extraviada, conforme informações orais; pela ação das águas, para coleções particulares, visita de instituições de ensino e rituais de cunho religioso. Uma porção do sítio continuou exposta, apesar da cerca construída pela prefeitura em torno da área que observaram possuir maior incidência de material ósseo com aproximadamente 50 m^2.

De imediato percebemos tratar-se de um contexto raro e de grande relevância. Cadastramos o sítio UHE Água Vermelha e recolhemos o material que havia sido escavado e juntado sob a árvore em decorrência da ação da polícia e de outros populares. Para complementação da amostragem, efetuamos pequena coleta superficial nas áreas periféricas onde o material estava mais exposto ao carreamento.

[1] Material apresentado na Câmara Municipal de Ouroeste – SP e na X Reunião Cientifica da Sociedade de Arqueologia Brasileira em Recife, em 1999, contando com apoio da UFPE, CHESF, CNPq, FACEPE, MinC, PETROBRÁS, Secretaria de Ciência e Tecnologia e Meio Ambiente do Estado de Pernambuco, UNICAP, Universidade do Porto, Cabedelo Pesca Ltda., PB e Fundação Seridó.

[2] Arqueóloga da 9ª Superintendência Regional do IPHAN em São Paulo

[3] Secretária de Educação e Cultura do Município de Ouroeste

Oficiamos aos responsáveis pelas coletas de material efetuadas para providenciar sua devolução, designamos a guarda do sítio às Centrais Elétricas de São Paulo (CESP), até a realização do devido salvamento. Solicitamos à Polícia Florestal auxílio e incremento desta fiscalização, assim como solicitamos à Polícia Civil a busca do material extraviado.

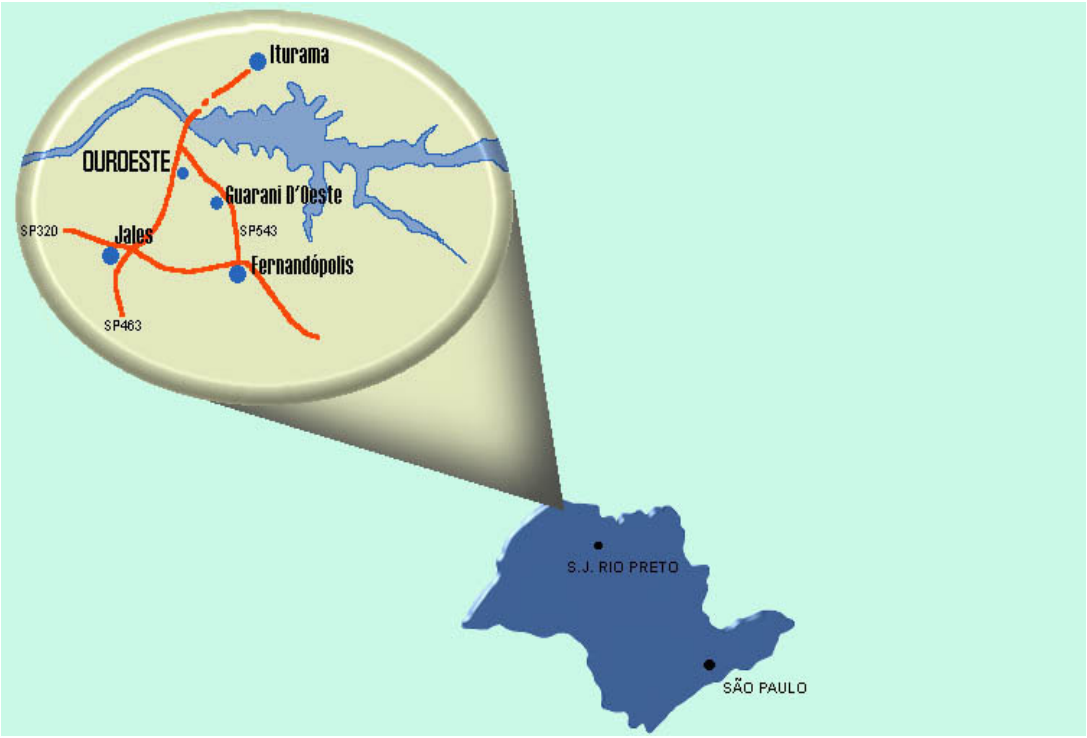
Instalamos emplacamento informativo e conversamos com o pessoal da região. Ouvimos o depoimento do pescador que descobriu os restos ósseos humanos e comunicou à polícia, assim como o levamos ao local do sítio, para mostrar a área que foi escavada pelos pescadores e pela polícia na busca do cemitério clandestino do tempo de Jânio Quadros, conforme uma das versões iniciais que tentavam explicar a descoberta da "ossada". Outra versão a atribuía a massacre indígena ocorrido na época de contato, tendo-se inclusive chegado a comunicar o fato à Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

A segunda vistoria efetuada, foi acompanhada pela antropóloga física da equipe do MAE/USP, Dra. Sabine Eggers. Os pescadores da região e as outras pessoas envolvidas foram esclarecidos, declarando ter compreendido a gravidade e implicações do ato praticado ao revolver o solo e desmontar parte do contexto original do sítio. Afirmaram, entretanto, que se houvesse sinalização informativa teriam entendido do que se tratava e respeitado. Efetivamente, verificamos que após a colocação da placa, na vistoria inicial, o sítio não sofreu mais intervenções.

As gestões de conscientização dos pescadores, habitantes mais próximos e guardiões naturais do sítio, foram consolidadas através da equipe de pesquisadores que aceitou nossa sugestão e absorveu alguns membros desta pequena comunidade para auxiliar nos trabalhos de escavação, juntamente com alguns funcionários da prefeitura. Outras atividades previstas para a área, conforme discorreremos mais adiante, também servirão para demonstrar que o tipo de contribuição que o patrimônio cultural pode oferecer é diretamente proporcional à preservação de seus vestígios, a médio e longo prazos.

Na vistoria também foram identificados ossos de animais, restos alimentares, artefatos sobre ossos, restos malacológicos, poucos e raros fragmentos cerâmicos, material lítico polido e abundante material lascado sobre matéria prima variada. As mãos de mó e lâminas de machado estavam sendo entendidas como amostras de perfuração e sondagem, demonstrando mais uma vez a distância que a comunidade possui deste tipo de bem cultural.

O abundante material de superfície se concentrava em bolsões cavados diferencialmente pelo turbilhonamento da água corrente. O pacote sedimentar foi desmontado até o aparecimento da laje rochosa que o sustenta, especialmente na porção oeste. Seguramente, grande parte do sítio foi destruída, provocando ampla dispersão de material pelos arredores, carreado pela correnteza para outros pontos da laje, poços e rio abaixo.



Do ponto de vista geomorfológico Ouroeste está situado no Planalto Ocidental do Estado de São Paulo, (Almeida: 64) Morfologicamente, está situado nas chapadas areníticas do Oeste Paulista (Planalto Arenítico Basáltico) e geologicamente classificado no período Cretáceo. (Ab'Saber: 56). O município conta ainda com rede hidrográfica representada por mais de 17 córregos de menor porte.

Em busca de seus valores culturais para estabelecimento de uma política para a região, a Prefeitura assinou com a então 9ª Coordenação Regional / IPHAN – SP um Termo de Cooperação, para realização de ações e atividades com vistas a implementar a identificação, preservação e promoção do patrimônio cultural regional, especialmente no tocante ao gerenciamento dos sítios arqueológicos. Apesar da ação municipal estar circunscrita a seus limites geopolíticos, cabe lembrar que este tipo de patrimônio remonta a épocas pré-coloniais, anteriores, portanto às convenções contemporâneas. Nesse sentido, no setor cultural, pelas suas características e as do processo, o município configura-se como referência regional.

Coube à 9ª Coordenação Regional / IPHAN vistoriar e prospectar os locais de interesse arqueológico do município, identificando os locais passíveis de proteção e assessorar e acompanhar o município na gestão de seu patrimônio arqueológico. E à Prefeitura, caberia fornecer condições infra-estruturais para atuação, incluindo serviços de guia e também assumir o gerenciamento do patrimônio, procurando garantir a proteção de seus sítios arqueológicos, promovendo a difusão do conhecimento gerado sobre o período pré-colonial da região, fomentando a formação científica de pessoal local para atuação nesta área.

Desta forma efetuamos o levantamento da área visando avaliar o potencial da região, seu estado de conservação e elaborar diretrizes para a implantação do gerenciamento do patrimônio nacional no município.

Paralelamente a esse processo a CESP, empreendedor no caso, foi notificada sobre a necessidade de propiciar o devido salvamento do sítio descoberto e a prospecção da área envolvida. O caso é atípico na medida em que o empreendimento já tem mais de 20 anos.

A pesquisa ficou a cargo do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, sob a coordenação da Profª. Dra. Érika M. Robhran González que também constatou prontamente a grande relevância do sítio. A pesquisa foi autorizada pelo IPHAN conforme Portaria nº 43 de 24/9/97.

Durante os trabalhos foi promovido pela 9aSR / IPHAN e Prefeitura de Ouroeste, um Ciclo de Palestras e Debates sobre Arqueologia com apoio do MAE/ USP e Fundação Educacional de Fernandópolis. Na ocasião foi apresentado o escopo de atuação da Arqueologia, um panorama geral da Pré-História do Estado, o histórico geográfico da região, a política municipal para a área da cultura, o projeto a ser desenvolvido e seus primeiros resultados, com ênfase na contribuição da Antropologia Física.

Estudantes, cidadãos, cientistas e membros do Executivo e Legislativo discutiram amplamente a matéria, em resposta ao interesse demonstrado pela comunidade e sua necessidade de participação deste processo. Bastante proveitoso, o encontro já suscitou a troca de informações sobre a política de preservação a ser desenvolvida e os dados científicos entre os professores e pesquisadores da região e de São Paulo (academia e patrimônio).

Na oportunidade esclarecemos as diferenças entre a pesquisa científica desenvolvida pela academia na área da UHE Água Vermelha, para a qual foi contratado, visando resgatar as culturas dos sítios encontrados e a ação que configura uma área de especialidade denominada "Preservação Arqueológica", Desenvolvida pelo IPHAN e a Prefeitura regionalmente. A Preservação, através de instrumentos científicos, administrativos e legais; visa identificar e proteger no caso, os sítios do município e região, para propiciar condições de atendimento à legislação que rege a matéria, dentro dos princípios científicos e à elaboração da política de preservação destes bens.

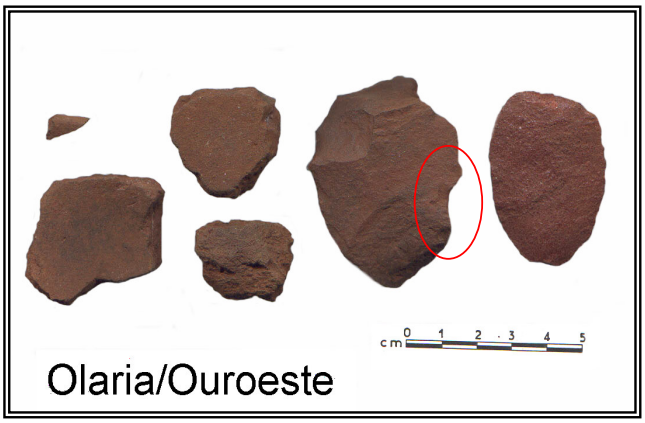
Com este intuito foram efetuadas mais de 12 entrevistas com os membros mais antigos da região, sendo a maioria gravada em vídeo para registrar os depoimentos e servir como acervo inicial e estímulo ao desenvolvimento de um levantamento sistemático de memória oral histórica.

A despeito do reduzido período de tempo e de condições disponíveis, logramos percorrer mais de 30 fazendas e localizar 5 sítios arqueológicos, além das informações e depoimentos sobre os sítios inundados pela criação do lago da UHE.

Em síntese, o levantamento foi efetuado com metodologia oportunística, com base nas informações orais recebidas e metodologia probabilística, através de vistoria dirigida às cachoeiras e cascalheiras, conhecidos padrões de assentamento pré-coloniais, tendo-se obtido a identificação de três sítios pelo primeiro método e dois pelo segundo, ficando outras informações sem verificação por falta de condições hábeis.

O objetivo deste levantamento, elaborado com pequenas coletas e praticamente sem sondagens, foi o de demonstrar para o Executivo Municipal que o patrimônio arqueológico não se restringe à área da usina e que o potencial da região justificaria a implantação da política municipal de preservação. Visamos também possibilitar o aprofundamento do quadro de discussões dos pesquisadores, fornecendo uma dinâmica de inserção mais ampla destes resultados, como estímulo à continuidade das pesquisas na região, uma das últimas a ser descoberta pela arqueologia no Estado de São Paulo.

Cadastrados neste levantamento, Limoeiro e Olaria são sítios cerâmicos a céu aberto, próximos entre si, implantados em áreas de baixa declividade a poucos quilômetros do Rio Grande e do córrego Limoeiro. Próximo a estes locais funcionou de fato uma olaria, devido à oferta de argila. Estimamos que menos de 25% do sítio podem estar conservados. A densidade de material superficial é bastante baixa, deixando-nos, entretanto efetuar pequena coleta comprobatória.

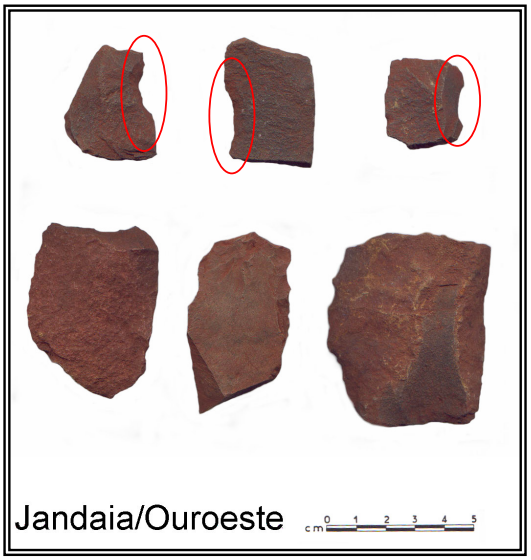


O desgaste provocado por uma estrada de terra fez aflorar em Olaria fragmentos coletados *in situ*. A cerâmica apresentou queima reduzida e fragmentos não decorados de maior porte (10,4 cm de espessura) com tempero grosseiro e pequenos recipientes usados para consumo (0,7cm) com tempero de granulação fina. Duas bordas diretas de lábios arredondados também foram observados. Os líticos provêm de uma indústria sobre seixos, com fragmentos de bloco, lascas de arenito silicificado retocadas com marcas de uso, uma faca de 5 x 3,3cm, um raspador com gumes convergentes e uma reentrância retocada efetuada no gume, com marcas de uso .



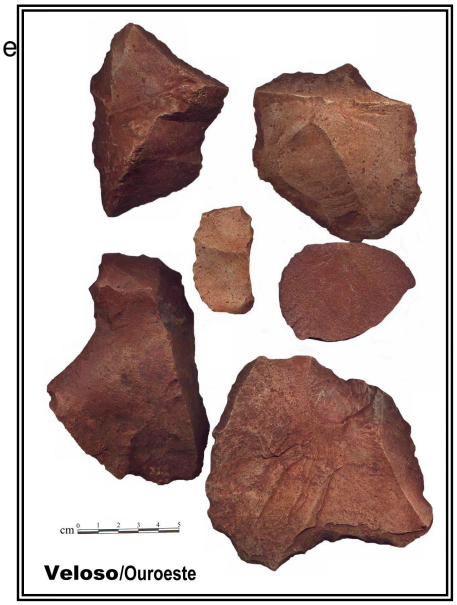
Limoeiro apresenta cerâmica semelhante à anterior, tendo-se observado também, além disso, a presença de uma base plana, alisamento externo e diferentes tipos de tempero. Um fragmento fino (0,6 a 0,18cm) demonstrou igualmente a presença de pequeno vasilhame utilitário. Outro demonstrou a técnica de confecção roletada. O material lítico apresenta lasca cortical, furadores e outros fragmentos de quartzo hialino, batedores e um raspador lateral com o mesmo tipo de reentrância retocada côncava invadente ao gume.

Os sítios estão atualmente em área de pastagem, já tendo sofrido ação de intenso cultivo de lavoura mecanizada, fator que reduziu a menos de 25% sua integridade. Ambos estão associados à manchas de bacuri, constituindo-se provavelmente em fitoindicador destes grupos.



Veloso e Jandaia são conhecidas como cachoeiras, situadas nos rios próximos ao Rio Grande ou na divisa do município Santa Rita e Formoso, respectivamente, em áreas de cascalheiras formadas no período Holoceno (12.000 a 8.500 A. P.) conforme informação oral do Professor Percival Bêgo da Fundação Educacional de Fernandópolis. As matas ciliares e terrenos adjacentes abrigam seixos rolados e afloramentos rochosos que foram explorados como oficinas líticas, onde se pode observar restos de matéria prima e de debitagem.

O sítio Jandaia apresenta lascas térmicas, lascas retocadas com marcas de uso em arenito silicificado e basalto, matéria pouco usual na indústria pré-colonial. Em campo arado próximo das seis peças coletadas, quatro demonstram vestígios da pequena reentrância recorrente no gume do artefato ,com marcas de lascamento e uso. Uma dessas pode ser classificada como um pequeno raspador lateral (0,31 x 0,33cm). Na mata galeria outro raspador lateral de maior porte (5,3 x 6,3 cm), uma lasca cortical com gume lateral e duas outras peças multifuncionais que também formam pontas, aparentemente para perfuração, sem marca de uso, entretanto. Uma destas tem um bordo bilateralmente lascado e a mesma reentrância recorrente. Das quatro peças, três apresentam gumes côncavos com diferentes tamanhos e ângulo de abertura. De forma geral podemos dizer que a presença destes vestígios em superfície é quase residual.



Veloso apresenta maior densidade de material superficial e uma indústria de maior porte. São lascas de decorticamento, lascas com marcas de uso, núcleo, bloco, batedor, faca, plaina, raspadores e raspador lateral com gumes côncavos mais abertos.

Foi identificado ainda o sítio Piau ou Posto da Seva do Piau, como é conhecido o outro sítio cerâmico a céu aberto, com acesso visual ao Rio Grande. Os fragmentos observados tinham espessura média (6,5 a 8cm) e grossa (13,5; 15 e 18cm) um pequeno vasilhame enegrecido de consumo foi modelado, sendo que foi observada outra técnica de confecção, a roletada. Algumas bordas apresentaram lábios arredondados e apontados. Associados a estes vestígios também havia fragmentos de quartzo, núcleo e furador. Extremamente interessante nesse assentamento foi registrar o testemunho verbal do agricultor que desmatou e cultivou a área, contando sobre a dificuldade de arar o terreno devido ao acúmulo de fragmentos cerâmicos Ele observou grandes manchas no solo que atribuiu, acertadamente, a fundos de cabana que se dispunham de forma linear, paralelamente ao rio .

Estes últimos indícios, sobre a morfologia da aldeia, representam um dado novo na região, onde os assentamentos conhecidos em geral são circulares, e nos sugerem a interação na área de grupos de diferentes proveniências, como o da Tradição Uru. Tradição é uma forma de classificar coleções cerâmicas, no tempo e no espaço, conforme suas semelhanças e diferenças em relação a grande numero de traços. No caso os portadores da cerâmica Uru são grupos provenientes da Amazônia já por volta do século X (WUST: 90) e que habitaram tradicionalmente o centro-sul de Mato Grosso e o norte de Goiás. Este aspecto enriquece o potencial informativo local, inclusive, para questões regionais mais amplas no território nacional.



Piau/Ouroeste

Posteriormente, as prospecções dos pesquisadores do Museu de Arqueologia e Antropologia da USP complementam com novos indícios a presença de grupos do Centro-Oeste no sudeste paulista. Este fato se verificou através da descoberta do sítio Água Vermelha 2, também cerâmico a céu aberto, constitui-se de uma aldeia de aproximadamente 400m de diâmetro, com cerâmica, líticos polidos e almofarizes, material vinculado à Tradição Aratu do leste de Goiás. Os povos chamados Aratú viviam em grandes aldeias, possuíam cerâmica simples e eram caracterizados por formas duplas e machados semi-lunares.

Outros dois sítios também foram cadastrados - Água Vermelha 3 e 4, localizados próximos ao UHE Água Vermelha, já tendo sido encontrados entretanto parcialmente comprometidos e ainda estando sob o risco de destruição pelo impacto das águas correntes e de inundação.

O sítio UHE Água Vermelha após a conclusão das pesquisas foi identificado como um sítio cemitério, oficina lítica e cerâmica e sítio açougue (butchery site) datado até o momento de 700 + ou - 70 B.P. e 1010 + ou - 50 B.P., com assentamento associado a tradições ceramistas Tupiguarani e Uru. Os povos da família lingüística Tupi-Guaraní possuíam cerâmica decorada e complexa, eram plantadores de mandioca e milho, caçadores e pescadores, guerreiros e navegadores, se espalharam por ampla área geográfica tendo sido provenientes do sul da Amazônia há 1500 anos.

Conforme Robrahn-Gonzalez , *"Nossa hipótese é que constitui um representante meridional deste processo de diversificação cultural que a região central (e particularmente sua porção centro sul) sofre a partir do século IX e X."* (:98). Referindo-se às influencias que os grupos portadores de cerâmica Uru exerceram sobre os grupos Aratú, formando posteriormente uma nova unidade cultural.

Nosso levantamento observou também o Patrimônio Histórico Cultural da região, identificando vários pontos de interesse a preservar , como a Fazenda Veloso. O loteamento desta área permitiu o início da cidade em 24 de junho de 1951, constituindo-se a informação histórica mais remota que os munícipes possuíam.

Também é conhecida a área do Porto da Quiçaça, onde funcionava a balsa para Minas Gerais. Embora não tenha mais vestígios edificados ainda está na memória oral da comunidade a existência de uma aldeia indígena ao lado do atracadouro da margem paulista, assim como as epidemias de malária que sofreram e as negociações escusas mantidas com os indígenas, que resultaram na entrega de suas terras em troca de bebida alcoólica.

Em uma ilha do Rio Grande funcionou a primeira instalação hidroelétrica da região, através da adaptação efetuada pelo pescador Marinho Machado. Na cabana que habitava em meio ao rio, foi o único da região, por muitos anos, a possuir energia. Apesar do alagamento da área à jusante da barragem, e da destruição da área da cabana, ainda resta a retificação efetuada nas rochas para instalação da roda d'água e de outros equipamentos.

Mais acima no rio ainda à jusante, pode ser observado um braço do rio que contém imensa armadilha de ferro, o "Covo do Ademar". Neste local era feita a "pesca" do grupo que periodicamente se instalava na região para lazer. Na época, em 1948, havia também uma pista de pouso e um cassino, que serviam aos períodos de lazer do ex-governador Ademar de Barros. O cassino, segundo contam, foi construído com grande requinte e situava-se onde hoje ficam as torres de retransmissão da subestação da UHE.

Entre os inúmeros locais de banho, destacam-se o Córrego das Pedras e a beleza das cachoeiras de Jandaia e Veloso. O lazer, entretanto está condicionado no Ribeirão Santa Rita a um trabalho de despoluição das águas pela usina Alcooeste.

A área também é rica em Patrimônio Natural, como a antiga "Cachoeira dos Índios" área na qual foi construído o eixo da barragem. Apesar de compreender a necessidade e os benefícios advindos desta obra, essa cachoeira representa a grande perda na memória e no imaginário da população local. O fato pode inclusive ser constatado no altar da Igreja Matriz onde sua imagem serve de contexto para a de Jesus Cristo.



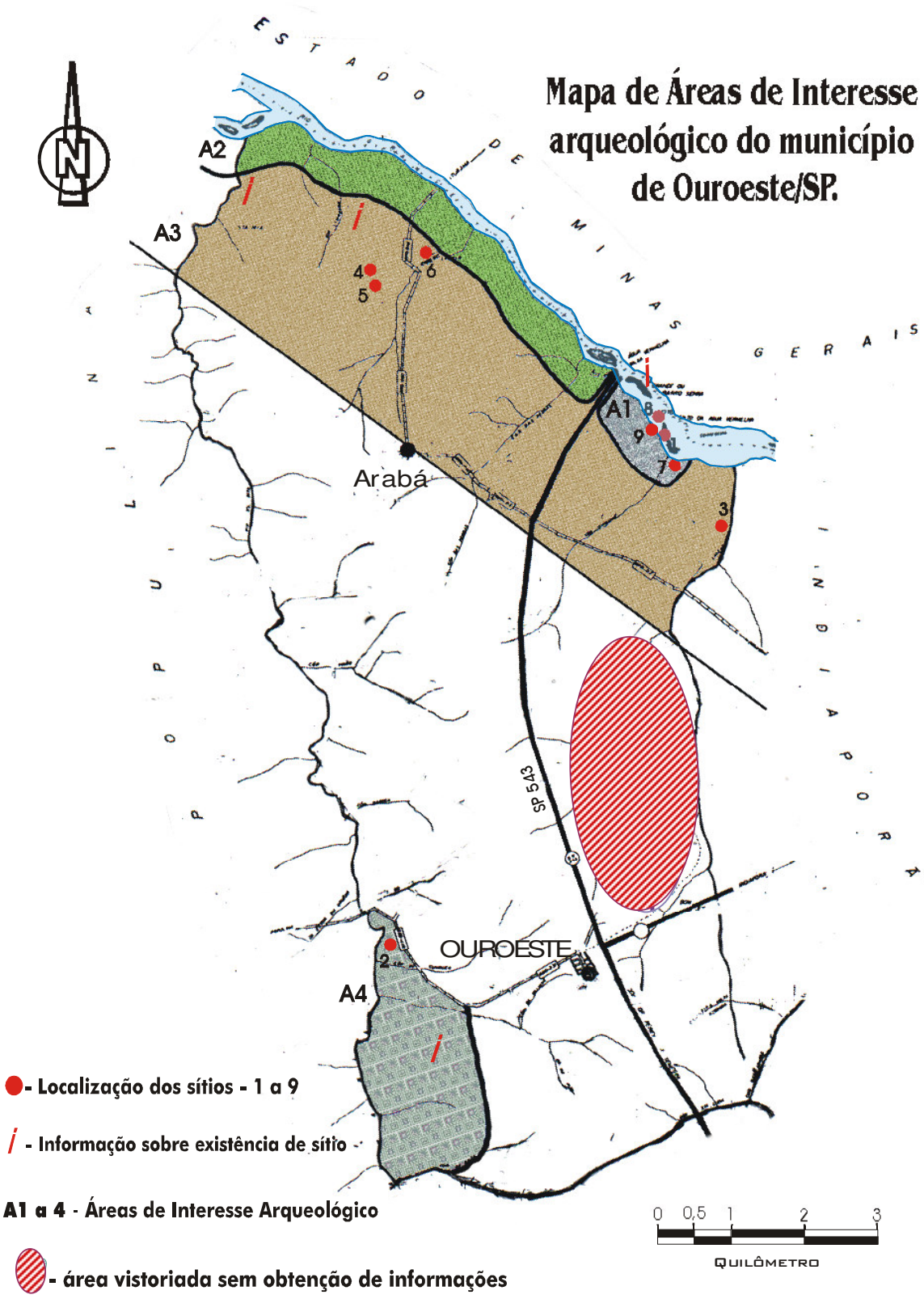
Finalmente o município que se surpreendeu com a existência de um sítio hoje dispõe de nove e necessita implantar sua política de preservação e gerenciamento. Para tal recomendamos inicialmente a avaliação de algumas diretrizes.

Estas diretrizes e outros fatores apurados através da ação empreendida e das analises de aspectos geológicos, ambientais, hidrológicos, arqueológicos e das características de uso do solo e ocupação humana contemporâneas, estão sintetizados e são mais facilmente observáveis no mapa e tabelas abaixo.

Utilizamos o conceito de criação e delimitação de AIA – Área de Interesse Arqueológico, o instrumento científico de uso administrativo, dinâmico e flexível, criado para fins de gerenciamento do patrimônio arqueológico pelos diversos órgãos do executivo (PARDI: 99).

ÁREAS DE INTERESSE ARQUEOLÓGICO:

1 – Água Vermelha
Área de concentração de sítios conhecidos UHE Água Vermelha e Água Vermelha 2,3,4, e informações sobre sítios pesquisados. Área em processo de agenciamento e abertura para turismo cultural e de proteção pelo tombamento municipal, estadual e federal. Nível de proteção e restrição máximo, com intervenções planejadas e controladas.
2 - *Margens Originais*
Margens residuais do Rio Grande, à jusante da barragem, não submersas pela hidrelétrica até aproximadamente seis quilômetros da margem para o interior Região com potencial para preservação de vestígios arqueológicos, devido a ser padrão de assentamento de grupos pré-coloniais e indígenas de tempos históricos. Área de latossolo roxo. Grau de restrição elevado indicando necessidade de levantamentos sistemáticos, vistorias periódicas à prévia implantação de qualquer atividade impactante do solo, por parte da Secretaria de Obras e Planejamento com apoio da Secretaria da Cultura.
3 - *Seis córregos*
Área de potencial, com sítios já conhecidos (Cachoeira da Jandaia, Limoeiro, Olaria) e seis córregos que se servem de ligação com o Rio Grande favorecendo a ocupação da faixa adjacente às margens do rio.
4 - *Ribeirão Santa Rita*
Área altamente irrigada, com outros quatro córregos se ligando ao ribeirão em pequena faixa de solo diferente dos anteriores e na qual necessita-se efetuar levantamento. Área de cascalheiras formadas no Holoceno onde já temos um sítio registrado (oficina lítica da Cachoeira Veloso) e informação de outro.


Mapa de Áreas de Interesse arqueológico do município de Ouroeste/SP.
ESTADO DE MINAS GERAIS
N
A1
A2
A3
A4
Arabá
OUROESTE
SP 543
1
2
3
4
5
6
7
8
9
- Localização dos sítios - 1 a 9
- Informação sobre existência de sítio
A1 a 4 - Áreas de Interesse Arqueológico
- área vistoriada sem obtenção de informações
0 0,5 1 2 3
QUILÔMETRO
Adaptado por: PARDI & IQUEGAMI
FONTE: Sistema Viário Municipal: Município de Ouroeste

Cabe observar o baixo índice de integridade dos sítios, advindo de vários fatores, como o alto índice pluviométrico e a agricultura mecanizada que expôs a maior parte do solo do município, incluindo as áreas preferenciais de assentamento próximo aos cursos d'água e rios de maior porte. Estes aspectos somam-se ao acelerado o ritmo de lixiviamento do solo e consequentemente dos vestígios associados. Em Limoeiro e Olaria as raízes dos bacuris foram parcialmente expostas, formando como que um banco de terra, onde as arvores se apoiam, demonstrando a quantidade de sedimento carreado.

No tocante aos solos temos no município, três compartimentos sendo que, à exceção da oficina lítica Veloso situada em área de solos podolisados (de Lins e Marília Variedade Marília), todos os outros sítios foram encontrados em latossolo roxo. Apesar do levantamento de informações orais, nenhuma ocorrência ainda foi registrada ou informada na área de latossolo vermelho escuro (fase arenosa).[4]

SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS DA REGIÃO DE OUROESTE / SÃO PAULO E DIRETRIZES DE USO

NOME	TIPO	CARACTERÍSTÍCAS	CONSERVAÇÃO	DIRETRIZES DE USO
1- UHE Água Vermelha	Oficina cerâmica e lítica Sítio açougue Cemitério	Tupiguarani e Uru com preservação material ósseo humano. 770 + ou - 1010 B.P.	Entre 25 e 50%	BT, TC-A, GF TM, TE, TF
2- Veloso	Oficina lítica a céu aberto	Lascas, raspadores, faca, núcleo, plaina.	Entre 50 e 75%	SD GF, TM
3- Jandaia	Oficina lítica a céu aberto	Raspadores uso múltiplo, lascas.	- de 25%	SD TC-A
4- Limoeiro	Cerâmico a céu aberto	Baixa densidade de material lítico lascado associado a Bacurizal	- de 25%	SD S/R BT
5- Olaria	Cerâmico a céu aberto	Baixa densidade de material lítico lascado e quartzo associado a Bacurizal	- de 25%	SD S/R BT
6- Piau	Cerâmico a céu aberto	Quartzo e cerâmica em disposição linear. Tradição Uru	- de25%	SD S/R , BT
7- Água Vermelha 2	Cerâmico a céu aberto	Aldeia +_ 400m, Tradição Aratú com almofarizes, concentrações cerâmicas e lítico polido.	+ de 75%	SD GF TM, TE
8- Água Vermelha 3	Lítico a céu aberto	Fogueira com argila queimada parcialmente destruído pela UHE	Entre 25 e 50%	S/R, BT TM TE
9- Água Vermelha 4	Lítico a céu aberto	Percutor, médio, chopper, em sílex, presença quartzo parcialmente destruído pela UHE	Entre 25 e 50%	S/R BT TM, TE

[4] Mapa de tipos de solo do Município de Ouroeste – Casa da Agricultura

DIRETRIZES DE USO – CONVENÇÕES

1 - **SD** - Sondagem – Delimitação – realização do menor número possível de sondagens visando caracterizar e delimitar subsuperficialmente os extratos de assentamento.
2 **- S/R** - Salvamento/Resgate – pesquisa científica expedita visando a caracterização cultural, a mais específica e detalhada possível, na atualidade.
3 - **BT** - Bloco Testemunho – designação e produção de parte significativa do sitio para posteriores aferições e preservação para o futuro, quando a tecnologia permitir aprofundamento das pesquisas efetuadas.
4 **- TC** - Turismo cultural **A** - Abertura para uso controlado e regularizado através de Plano Visitação e/ou Obras previamente aprovados pelo IPHAN
D - Desestímulo à visitação em larga escala e inclusão em roteiros, assim como cerceamento de atividades de lazer não monitoradas que estejam ocorrendo, por não reunir condições para este tipo de uso.
5 - **GF** - Gerações Futuras – intervenções mínimas para caracterização cultural de amplo aspectro e sugestão de medidas de preservação para gerações futuras, em função do raro e expressivo contexto que apresenta, do potencial, etc.. .
6 **- TE** – Tombamento **m** – municipal **, e** - estadual **, f** - federal
Sugere elaboração, fundamentação e encaminhamento de solicitação de tombamento em diversos níveis, de acordo com a expressividade do patrimônio em foco, em adendo à proteção legal já ministrada pela lei 3924/61.[5]

Estas medidas, somadas ao fomento à pesquisa, tornam-se necessárias devido à relevância científica dos sítios, aos dados novos a serem incorporados ao conhecimento arqueológico e ao grande interesse da comunidade local. Devem-se também estas medidas às marcas que a comunidade carrega sobre a destruição de seu patrimônio e inúmeras outras referências culturais pela construção da usina hidrelétrica.

Neste contexto, preservação se tornou palavra com significado expressivo, sobretudo depois que os munícipes visualizaram o patrimônio que possuíam. Desta forma se conscientizam da importância de preservar e se dispõem a avaliar a área de interesse arqueológico e defender, negociar a mitigação e compensação pelas perdas sofridas.

A empresa e as condições climáticas responderam favoravelmente ao respeito à restrição de manter a vazão de água em 5.000 m^3/seg para evitar a submersão completa ou a continuidade do solapamento dos sítios. Entretanto, a mesma empresa relutou em relação à necessidade de efetuar uma obra de proteção no sítio escavado e o salvamento dos outros dois sítios descobertos pelas prospecções desenvolvidas pelo MAE/USP, e que se encontram ainda em risco. Além da compensação em relação aos demais sítios inundados, conforme os testemunhos recolhidos em campo pelo IPHAN e a Prefeitura. Esta resistência do empreendedor levou os entendimentos a serem prosseguidos com apoio do Ministério Público Federal, através da Procuradoria da República do Estado de São Paulo.

[5] Maiores informações podem ser obtidas em (PINHEIRO DA SILVA: 96)

Atualmente privatizada, a nova responsável pela hidrelétrica é a Cia de Águas Tietê, juntamente com a Prefeitura de Ouroeste, com a interveniência do Ministério Público e da 9ª SR / IPHAN. Está sendo avaliada a elaboração de um Termo de Ajustamento de Conduta que se dispõe a regularizar as pendências e demais ações decorrentes deste tipo de trabalho, assim como fomentar a formação e a pesquisa da região.

Aos empreendedores responsáveis pela implantação do empreendimento e pela geração de energia, ou seja, às companhias hidrelétricas cabe a responsabilidade do salvamento dos outros dois sítios que foram parcialmente impactados pelas águas e continuam sob risco (Água Vermelha 3 e 4). A pesquisa deve prever inclusive a guarda do acervo, a publicação dos resultados e o monitoramento da faixa de depleção. A barreira de contenção no sítio escavado já foi efetuada com enroncamento-rachão de 64 m^2 de diâmetro. Está sendo também objeto de negociação, a doação de dois terrenos contíguos à área, parte da qual a CESP já cedeu em comodato, para a Prefeitura instalar uma área de lazer.

O sítio UHE Água Vermelha deverá ter um plano de visitação avaliado para determinar as adaptações necessárias para as instalações de proteção e o licenciamento de seu uso nos roteiros de turismo cultural. Em apoio a estas atividades está sendo prevista a implantação de uma Casa de Visitantes, contígua à rodovia SP 543 e à estrada de acesso ao sítio.

Deverá ser elaborado projeto para construção de um museu ou Casa de Memória para curadoria do acervo proveniente da escavação do sitio já pesquisado e que se encontra temporariamente sob guarda do MAE/USP. A este acervo, deverá ser somado o que será gerado pelos dois outros salvamentos, e de uma estimativa de projeção de futuro para eventual necessidade de abrigar acervo de outros sítios ou de pesquisas de outras áreas que vierem a ser desenvolvidas na região.

Quanto ao acervo extraviado, apesar de os apelos efetuados à população e à Polícia Civil esta não logrou fornecer informações ou resultados, inclusive de parte do material que estava sob sua salvaguarda, aspecto que foi trabalhado localmente e agora está sendo apresentado ao Ministério Público Federal. Através de informações orais soubemos que algumas peças retiradas do sítio têm sido usadas para presentear, para meditação ou para troca por " leitoa escolhida ".

A empresa deverá financiar a obra, os projetos museológicos para o museu e a Casa de Visitantes, deverá comprar os equipamentos e implantar os projetos museológicos na integra. A Prefeitura oferecerá o terreno, a criação legal e administrativa da instituição, a contratação dos funcionários e a manutenção permanente deste novo espaço cultural. A este executivo cabe ainda consolidar a implantação de sua política de preservação do patrimônio cultural, estar atento à implantação de futuros empreendimentos, de pavimentação ou outros como os esgotos de Arabá, etc. Também está em andamento com as parcerias a implantação para turismo cultural do sítio UHE Água Vermelha, que se situa próximo à área integrada de lazer que está sendo construída. Conforme o andamento das gestões, poderão ser integrados às ações, a(s) equipe(s) pesquisadora(s) ou outros interessados.

O gerenciamento da questão foi direcionado de forma a garantir a integridade dos sítios em risco de destruição, em todas as fases do processo, até o retorno do acervo na área de proveniência dos vestígios e sua devida devolução social.

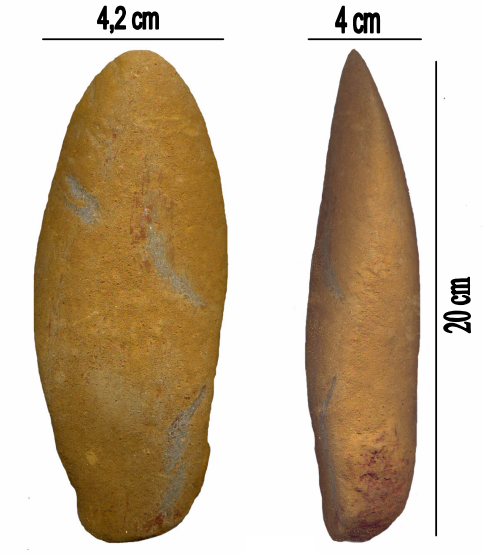
De forma geral, embora a pesquisa por nós desenvolvida tenha sido rápida, superficial e com coletas muito reduzidas, os resultados cumprem seus objetivos e demonstram a riqueza de informações que ainda pode ser obtida na região. O número de sítios já esboça uma tipologia, assim como as coletas comprobatórias sugerem instigantes questões a serem analisadas. O material está disponível para exames tecnológicos e uma releitura mais especializada.

Na indústria lítica observamos o vestígio recorrente das formas côncavas colocadas nos gumes de peças, observados nos sítios Veloso, Olaria, Limoeiro e Jandaia, indicam a realização de uma função específica, provavelmente especializada, que pode vir a revelar traços sobre o comportamento destes grupos na região e semelhanças tecnológicas entre assentamentos.

Observamos que as características verificadas em campo e nas coletas encaixam-se nas conclusões da equipe do MAE/USP (Robrahn-Gonzáles: 98). De forma geral constatamos: a presença de uma indústria simples, a intenção de obter lascas ou instrumentos sem maiores rigores técnicos, grande numero de experimentações, a presença de córtex nos artefatos e peças usadas *in natura*, artefatos multifuncionais, a falta de economicidade no uso da matéria prima, talvez devido à abundância de oferta, levando se a concluir igualmente que *"Via de regra, no quadro das indústrias líticas brasileiras estas características são apresentadas por grupos ceramistas cultivadores."*

Na indústria cerâmica, percebemos não apenas a presença de traços de influência da cultura Uru, através do uso sistemático do antiplástico cariapé (Robrahn-Gonzáles: 98) no sítio UHE Água Vermelha, como a presença dos próprios grupos através dos indícios da disposição linear no sítio Piau. A cerâmica de fundo chato do Olaria, também nos induz a pensar nas características Uru ou dos grupos da nova unidade cultural do Centro-Norte. A presença de características mistas na industria reforça os indícios da presença desta ultima cultura citada*, "pode indicar que o processo de diversificação cultural observado na região Centro-Norte ou tenha sido mais rápida do que se supõe ou esteja relacionada a um processo ainda mais amplo, envolvendo regiões mais distantes "* conforme conclui a supracitada autora . Não possuimos dados cronológicos, mas solidadrizamos com a hipótese deste processo ter se dado em área mais ampla e talvez de forma mais complexa.

Fica assim patente a necessidade de aprofundamento das pesquisas para obter mais dados que possibilitem fomentar as discussões e a reconstituição dos processos culturais ocorridos nesta região, sobre este relevante problema da arqueologia nacional. Limitados ao estudo da cultura material e outros indícios indiretos, os arqueólogos trabalham com estas grandes categorias classificatórias que são muito homogênas e aglutinam diversas etnias, com diferenças sobretudo em seus aspectos históricos. Individualizar com mais precisão estas culturas se constitui atualmente um dos desafios dos profissionais que estão produzindo conhecimento sobre a história do país.



Santa Rita/Ouroeste

Enfocando agora aspectos de Preservação, registramos que foi encontrada na Fazenda Santa Rita esta peça rolada, que chamou a atenção da proprietária. Trata-se de um enchó (ferramenta de trabalhar a madeira), vindo junto com material para entulho recolhido pela Prefeitura. Alertada e com funcionários mais informados e experimentados, está selecionando outros pontos para exploração de cascalho, demonstrando uma conduta mais consciente desta Prefeitura, um grande agente transformador da região.

Dentro do programa de gerenciamento do Estado de São Paulo desenvolvido pela 9ª SR/IPHAN (PARDI 99) e em decorrência de sua política regional, foi solicitado o tombamento do Complexo Arqueológico Água Vermelha (AIA1) tanto na esfera municipal, quanto estadual e federal. Pretende-se com isso preservar estes raros vestígios, como parte da amostragem de culturas que ocuparam o solo paulista.

A expressividade da àrea é reconhecida de forma unânime, pois aos critérios provenientes da ótica da Preservação, somam-se os da ótica acadêmica, conforme Robrahn-Gonzalez: *"Contamos aqui com um dos raros sítios a céu aberto identificados em todo território nacional, que contém informações sobre dieta, padrões de sepultamento e dados de antropologia física para grupos ceramistas. Assim o corpo de conhecimento adquirido não traz informações sobre os grupos indígenas que se estabeleceram no noroeste paulista, mas fornece referências para uma ocupação que se estende por boa parte das regiões sudeste, nordeste e centro-oeste brasileira, ampliando assim consideravelmente, seu campo de interesse"* (com. verbal).

Esta descoberta fortuita em Ouroeste foi registrada em suas diversas etapas de desenvolvimento, com vistas à edição de um vídeo que possa registrar, ilustrar e divulgar este tipo de ocorrência como um estudo do caso e instruir sobre as providências cabíveis em casos semelhantes, buscando ampliar o marco de percepção das comunidades sobre as questões da Preservação do Patrimônio Arqueológico.

Esta foi a pesquisa em preservação e as gestões que pudemos efetuar em parceria, com as limitações do estado de conservação dos demais sítios encontrados; do limitado tempo disponível, da inexistência de verbas específicas, da estrutura de trabalho. Logrou-se identificar e avaliar a expressividade do patrimônio cultural envolvido, os sítios e culturas presentes no município, assim como criou-se a possibilidade de atuação para o turismo cultural e a implantação de uma política de preservação também nesta área. O município é destaque na região por possuir gestão de patrimônio, pesquisas científicas realizadas e potencial para contribuir com a questão dos limites meridionais das tradições culturais do planalto central corroborando com o fato de São Paulo ser uma Terra de Fronteiras conforme tem sido debatido nos meios científicos e congressos.

Este caso nos leva ainda a refletir sobre a atual política de preservação que de forma preventiva e acertadamente, prevê a realização de pesquisas arqueológicas em áreas a ser impactadas por empreendimentos que estão sujeitos a licenciamento ambiental, como o EIA / RIMA – Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental e outros regionalmente denominados como o RAP –Relatório Ambiental Prévio, etc.

A Resolução CONAMA 01/86 potencializa a exigência já contida na Lei 3924/61 que dispõe sobre o patrimônio arqueológico. Esta por sua vez, cobre inclusive o atendimento aos demais casos, que não atendem aos parâmetros estabelecidos, em geral de empreendimentos de menor porte, como loteamentos, distritos industriais, portos de areia, etc.

A ocorrência em Ouroeste e a atuação deste tipo configura-se como um caso raro que chegou a ser oficializado. Os empreendimentos já em operação, não necessitam dos instrumentos supracitados, renovam sua L. O - Licença de Operação. O fato demonstra mais uma vez a necessidade de que as UHE em operação mantenham permanente e periodicamente o monitoramento da faixa de depleção, áreas de segurança e as demais envolvidas. Essa questão deveria ser inserida nos manuais de estudos elétricos, constituindo-se referência para as empresas que atuam no setor.

Desde 1993 a 9ª SR tem tornado pública sua preocupação acerca do impacto ambiental sobre o patrimônio arqueológico, tem buscado parcerias e proposto discussões e normatizações. Nos últimos anos a área central do IPHAN tem amadurecido algumas ações, que através de comissão específica coordenada por Catarina E. F. Silva gerou instrumentos que estão sendo avaliados para edição, normatizando complementarmente esta questão.

A Usina Hidrelétrica de Água Vermelha teve suas obras iniciadas em 1973 e concluídas em 1979, dentro, portanto do período de vigência da Lei 3924 que é de 1961. Podemos avaliar sobre os movimentos que representam alteração do registro físico, desta obra que chegou a ter 8.555 empregados e resultou numa barragem de 3.920 m de comprimento e 57 m de altura. Deve ser considerado que o interesse arqueológico se restringe às camadas menos profundas do subsolo, como no sítio UHE Agua Vermelha, que possui 1,20 m. No total foram escavados 3.640.507 m^3 em terra, relocados 290 km de linhas elétricas e telefônicas, construídas 24 pontes perfazendo 1010 m, 70 km de estradas municipais e 207 de estradas vicinais, 5 núcleos residenciais nas cidades próximas, aeroporto com 1680 m de pista pavimentada e estação de passageiros, além da construção e ampliação de unidades escolares, praças esportivas, jardins, hospital e área de lazer. Foram alagadas áreas marginais e interiores pela formação do lago, iniciado em 26/6/78 e concluiu em 9/3/79, com 680 km^2 , na cota 383,30 m . Desta forma podemos facilmente perceber que parte do patrimônio arqueológico foi impactada. Conforme a estimativa de Robran-González *"A partir deste conjunto de dados, um diagnóstico inicial permite prever a existência de ao menos outros 30 sítios no entorno da barragem, além de centenas de outros, se considerarmos as áreas dos municípios afetados".*

A faixa de depleção de Água Vermelha, ou seja, a porção de terra que fica sendo constantemente erodida de forma artificial pelas variações do nível de operação da água a montante, varia do mínimo útil de 373,30 m ao máximo útil de 383,30 m, quantia que coincide com o *máximo maximorum*. Os dez metros de diferença representam dimensões variáveis conforme o grau de declividade das áreas marginais. Recentemente recebemos informações sobre urnas submersas com restos ósseos humanos no interior, observadas próximo às margens do reservatório, ainda em processo de verificação.

Cabe ainda registrar que este reservatório é o último do Rio Grande, que opera em uma seqüência de sete usinas situadas a montante. São estas: Marimbondo, Porto Colômbia, Volta Grande, Igarapava e Jaraguá. Todas antigas e construídas sem trabalhos arqueológicos, resultando no alagamento de grande parte das margens originais do rio. Este aspecto e as informações sobre sítios descobertos posteriormente tornam fundamental, minimamente, que se mantenha o monitoramento da faixa de depleção nestas e nas outras usinas em operação. Para tal, nos cabe sensibilizar e obter o apoio das secretarias estaduais de meio ambiente, responsáveis pelo licenciamento deste tipo de empreendimento, assim como o das empresas.

Os padrões de assentamento de diversos grupos de período colonial e pré-colonial privilegiam seus assentamentos à proximidade dos rios de grande porte, desta forma, podemos facilmente perceber que tivemos a perda irreversível e incalculável de centenas a milhares de sítios arqueológicos absolutamente não mitigados ou compensados por outras ações de preservação e pesquisa, configurando grande devastação da base nacional de recursos arqueológicos.

Água Vermelha é a 15ª usina do sistema CESP, sendo que esta empresa propiciou a pesquisa em Canoas I e II, Taquaruçú, Rosana e Porto Primavera. Difícil seria estimar esta perda em todo o estado de São Paulo e mais difícil ainda, no país.

Se o empreendimento não contemplou ou se não iniciou a pesquisa no momento adequado, antes da intervenção no solo e em tempo hábil para o desenvolvimento de pesquisas de qualidade, à altura do patrimônio envolvido, além de mitigar os impactos deve compensar as perdas através de gestões junto ao IPHAN, tutor legal destes Bens da União, ouvidos os pesquisadores envolvidos.

Entendemos que perda de cunho cultural deve ser privilegiadamente compensada com produção cultural, na forma de identificação, documentação, proteção, pesquisa e promoção do patrimônio arqueológico, conforme as características da questão em foco e das políticas de preservação para a área Sobretudo este retorno deve garantir a preservação dos bens remanescentes e reverter para as comunidades mais diretamente envolvidas, que preservam este patrimônio nacional.

Da mesma forma, estas questões nos levam a refletir sobre a necessidade de se efetuar pesquisas experimentais controladas, sobre o real estado de conservação dos diferentes tipos de sítio que sofrem a ação das águas. Sítios cerâmicos ou líticos, de superfície ou enterrados, de arte rupestre ou históricos, afogados por remanso ou turbilhonamento.

Esta necessidade já se faz presente, visto a enorme quantidade de sítios já destruídos ou inacessíveis, as pesquisas em grandes áreas serem efetuadas de forma amostral sem critérios ou justificativas conhecidas e previamente acordadas, e, sobretudo, visto o tempo de vida útil destes reservatórios.

Cabe amadurecer e discutir estas questões, em conjunto com envolvidos e interessados, visto sua expressividade nos estados que estão com empreendimentos operando e principalmente nos que estão em franca expansão energética; visto o grande numero de empreendimentos projetados pelo Plano 2010.; visto os empreendedores que querem implantar procedimentos legalmente insustentáveis ,etc. Em grande parte dos contratos foram observadas cláusulas inócuas, como a obrigatoriedade de se escavar apenas 20% dos sítios encontrados, antes mesmo de se conhecer a relevância e representatividade do universo cultural envolvido.

Alguns buscam restringir a divulgação dos resultados dos trabalhos científicos por estarem sujeitos ao sigilo industrial ou pertencerem ao contratante, ignorando as responsabilidades do arqueólogo perante a lei 3924 em devolver à sociedade nacional o bem publico trabalhado, na forma de conhecimento acervo e parte do sítio preservado ou bloco testemunho, conforme as possibilidades. Mais freqüente ainda são as gestões que deixam questões pendentes ou repassam indiretamente suas responsabilidades de análise, guarda e/ou publicação aos órgãos de pesquisa ou ao poder público. Estes procedimentos são agravados pelo desconhecimento da necessidade dos trabalhos arqueológicos se iniciarem nas fases iniciais do empreendimento ao invés de poucos meses antes da abertura das comportas, aspecto que por si só condena os resultados a serem obtidos.

O ritmo de produção científica dos profissionais que já estão atualmente no mercado, em geral acadêmicos, assim como o de formação de pessoal, é francamente deficitário em relação ao crescimento, apoio e poder econômico do setor elétrico. Considerando-se que a demanda não provém apenas desta área, necessitamos avaliar e adotar as providências cabíveis. Entendemos que uma das diretrizes que se destaca neste processo se constitui na necessidade de buscar a atuação da forma mais preventiva possível visando alterar as alternativas dos empreendimentos ainda em projeto, para evitar a destruição desnecessária e melhorar as condições de trabalho e sua qualidade especialmente em relação aos prazos disponíveis.

Este caso de Ouroeste configura-se como mais um alerta para a questão, demonstrando a viabilidade de composição dos interesses e possibilidades. Para evitarmos continuar assistindo à destruição em grande escala de nosso patrimônio antes que tenhamos a oportunidade de pesquisá-lo, oportunidade esta reconhecida e garantida pela lei e pela Constituição.

A casualidade da descoberta fortuita de Ouroeste demonstra mais uma vez que os projetos de pesquisa científica e os de pesquisa científica para preservação são atividades interdependentes e complementares, dialética, cuja interação é diretamente proporcional à qualidade das ações desenvolvidas. O processo necessita ser incrementado pela participação comunitária, que sela e complementa estas ações, demonstrando como é imprescindível a atuação conjunta do governo municipal e cidadãos nas tomada de decisões, sobre a preservação e sua vertente de pesquisa.

Esperamos que os esforços empreendidos e a grande significância das descobertas possam propiciar outros desdobramentos como a possibilidade da academia aproveitar o patrimônio e a hospitalidade que o município de Ouroeste e a região oferecem, assim como a abertura e apoio para desenvolver na região um pólo de formação e pesquisa científica, propiciados pelo IPHAN e pela iniciativa privada. A CGEET se abriu ao diálogo, demonstrando que com bom senso e diálogo pode-se estabelecer cooperação que possibilite retorno para todas as partes envolvidas, inclusive em discussões que envolvem aspectos de segurança nacional.

Registramos nossos agradecimentos ao Ministério Publico Federal / Procuradoria da República em São Paulo, à Polícia Florestal, à Fundação de Ensino Superior de Fernandópolis e à Cia Geradora de Energia Elétrica Tietê (CGEET) .Agradecemos ainda a leitura e comentários dos colegas Catarina E.F.Silva e Érika Robran Gonzalez. Agradecemos finalmente e em especial aos cidadãos do município de Ouroeste, em especial ao Sr Prefeito Nelson Pinhel, aos vereadores Amaro Ventura e Wander Mota e a Vilanye do Carmo e Donizete F. Brito (o “Bigode”), que de forma tão intensa tem participado e estimulado este processo.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA.A N. *Fundamentos geológicos do relevo paulista.*São Paulo, IGG, Boletim n. 41 Decreto Lei 25 / 37 – Organiza a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

ELETROBRÁS. *Plano Diretor do Meio Ambiente do Setor Elétrico* Secretaria Nacional de Energia Ministério de Infraestrutura. 91-93.

EGGERS, Sabine at ali. *Antropologia biológica do sítio arqueológico Água Vermelha: Resultados e discussões preliminares*. Revista de Arqueologia: SAB, Vol. 9. 1996

História de Ouroeste. *Plano Municipal de Educação e Assistência Social / 99*. Secretaria de Educação e Assistência Social. 1999

HORTA, M.L Parreiras at ali.*Guia Básico de Educação Patrimonial*. Museu Imperial, *IPHAN MINC.* 1999.

ICOMOS / ICAHM. Carta para proteção e a gestão do Patrimônio Arqueológico – Lousane. 1990.

Lei n 3924 / 61 – *Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.*

MURTA, S.M. e GOODEY, B*. Interpretação do Patrimônio Para Turismo Sustentado: Um Guia.*SEBRAE.Belo Horizonte – MG 1995.

PARDI, M.L. Franco. *Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico do Estado de São Paulo pela 9ª SR / IPHAN.*Anais da 10 reunião da Sociedade de Arqueologia Brasileira. (no prelo). 1999

PARDI, M.L.F. *"Relatório de Vistoria a Ouroeste - SP abril 97* - 9ªCR / SP" (arquivo ms. IPHAN).

PARDI, M.L.F. *Preservação e Pesquisa em Ouroeste / SP - Levantamento do Patrimônio Arqueológico- Outubro 97.*(arquivo ms. IPHAN).

Prefeitura Municipal de Ouroeste. *Censo Municipal de Ouroeste 99.* (arquivos ms PMO).1999

Prefeitura de Guarani D'Oeste - *Histórico de Guarani D'Oeste* –(arquivos da Prefeitura de Guarani D'Oeste)

ROBRAHN – GONZÁLEZ at ali, *Água Vermelha, Pesquisa Arqueológica de Salvamento.* Relatório CESP. MAE / USP. 1998.

SILVA, Pinheiro da. *Compatibilizando os instrumentos legais de preservação Arqueológica no Brasil: o decreto-lei nº 25/37 e a lei nº 3.924/61.* Revista de Arqueologia, 9:1-6, 1996. SAB. Vol. 9.

WÜST, Irmihild *Continuidade e Mudança – Para uma Interpretação dos Grupos Ceramistas Pré-Coloniais na Bacia do Rio Vermelho, Mato Grosso.* Tese de Doutoramento.Departamento de Antropologia, USP, São Paulo 1990.